

Entrevista Lucilene Lisboa de Liz

Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado de Santa Catarina. atua em Teoria e Análise Lingüística, especificamente dentro do quadro da Gramática Gerativa, pesquisando temas como: construções triargumentais, complementos indiretos, propriedades preposicionais, questões relativas à morfologia gerativa. Mais recentemente também atua na interface linguística/educação, pesquisando temas como aprendizagem da escrita, aquisição de linguagem, voltados para alfabetização e letramento. Possui graduação em Letras- Português, mestrado em lingüística na Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e doutorado em lingüística na mesma universidade(2009). Desde março de 2012 atua como Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação no CEAD/UDESC

R. O que é língua para a Senhora?

L. Tenho duas visões sobre o que seja língua, se é que se pode dizer que são duas visões. Parto da concepção chomskyana que concebe a existência de uma língua-I e uma língua-E; é nesse sentido que afirmo serem duas visões. A língua – I, no sentido chomskyano, diz respeito ao conhecimento inato que todo falante tem sobre sua língua materna e que está relacionado ao conceito de gramática universal (GU), isto é, trata-se de um conhecimento sobre as regras de funcionamento de uma língua natural que toda criança apresenta como uma dotação genética. Por outro lado, a língua- E (externa), compreende a um outro objeto de estudos, aqui não mais de base chomskyana, mas uma língua da qual não nos apropriamos de maneira natural como a língua-I, mas uma língua que é influenciada pelos diferentes contextos de uso; situaria aqui a língua escrita, por exemplo, a qual demanda aprendizado, mediação para que sua apropriação ocorra.

R. A senhora tem defendido em suas últimas publicações/estudos uma distinção entre aquisição e aprendizagem. Poderia falar um pouco a respeito dessa distinção?

L. Essa distinção que venho fazendo advém da minha atuação no curso de Pedagogia. Considero fundamental que os professores e/ou futuros professores considerem um elemento fundamental para o ensino de língua materna: o estado como as crianças chegam a escola em termos de conhecimento linguístico. Ao longo dos anos, venho observando que a escola tem, ignorado todo o conhecimento sobre sua língua que a criança traz do seu período de aquisição

de linguagem. E a máxima se perpetua: ter de ensinar o português para os meus alunos. Não me parece adequado, a partir da concepção que tenho sobre língua, afirmar que uma criança com 6 ou sete anos não sabe sua língua materna. É preciso compreender melhor o funcionamento linguístico, é preciso que este professor das séries iniciais se aproprie minimamente de processos como o da aquisição de linguagem e a partir disso saiba que a criança até mais ou menos os três anos de idade já é “senhor” de sua língua, que ela já domina e aplica muito bem as regras de funcionamento de sua língua. Isso quer dizer que não é necessário que ninguém ensine a criança, por exemplo, que a sua língua possui a ordem SVO, ou seja, sujeito na primeira posição da sentença, verbo na segunda, complemento na terceira, porque esse conhecimento é adquirido no período de aquisição da linguagem de forma natural, bastando a exposição a sua língua (o que denominamos na teoria de *input*) . Diferentemente desse conhecimento natural, a língua escrita demanda intervenção para sua apropriação, necessita ser “aprendida” por meio da participação do outro. Não se trata de um conhecimento inato, mas de um aprendizado das convenções humanas como a ortografia, por exemplo.

R. Qual seria a diferença entre o acesso aos dados linguísticos via *input* e via interação?

L. O *input* diz respeito à exposição da criança aos dados linguísticos, de forma natural, sem intenção de aprendizagem, sem a intervenção do outro. Pensemos numa situação em que a mãe esteja conversando com uma amiga, e seu filho em franco processo de aquisição de linguagem com um ano, um ano e meio de idade está brincando ao lado, manipulando seus brinquedos. Não há nada de intencional na conversa da mãe com a amiga em relação a criança, mas a criança neste momento está “captando” os dados linguísticos a que está sendo exposta. Já a interação, pressupõe mediação, supõe, portanto, intervenção do outro, intencionalidade em ensinar algo; é nesse âmbito, portanto, que se insere a aprendizagem da escrita.

R. Quanto ao ensino de gramática, o que a senhora considera fundamental mudar no ensino tradicional?

L. A partir do debate que se vem realizando graças às investigações oriundas da Linguística, muito se tem avançado nessa área. Entendo que há uma profusão de discussões e mesmo uma

confusão nas falas sobre o ensino de gramática. Tenho ouvido, por exemplo, que os linguistas defendem a exclusão total do ensino de gramática e que se deve privilegiar o estudo do texto. Vejo isso com muita preocupação, pois se está radicalizando o que se tem estudado no campo. Precisamos centrar-nos no papel da escola, qual seja o de formar cidadãos proficientes em leitura e escrita e aprimorar a sua capacidade de uso da língua oral em diferentes situações do cotidiano. E a pergunta que não quer calar: a escola tem feito isso? Parece-me que ainda não. Precisamos reestruturar o ensino de língua materna, considero fundamental que partamos do foco nas habilidades que mencionei acima. Então se o foco é preparar cidadão que consigam produzir textos orais e escritos em diferentes contextos, não me parece que decorando regras de gramática normativa, venhamos a atingir êxito, prova disso que grande parcela dos nossos alunos se formam sem conseguir atingir um resultado razoável na produção de um texto. O ensino tradicional tem se pautado num ensino descontextualizado de gramática, desvinculado dos usos que os falantes fazem efetivamente de sua língua em situações reais. Trata-se de um ensino de frases isoladas, criadas fora de qualquer contexto para explorar alguma regra gramatical, quando o que os alunos necessitam é apropriarem-se da escrita, das convenções associadas a esse processo. Nesse sentido, entendo que a escola deva entender a escrita, no sentido do que Irandé Antunes defende, como uma atividade de interação que implica a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Nesse sentido, penso que o ensino de gramática deve ser abordado sempre que houver necessidade de apropriação de uma regra, observada nas produções escritas ou orais desses alunos. Portanto, não vejo necessidade de excluir o ensino de gramática, apenas de contextualizá-lo e não tê-lo como foco para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos.